



Anais da Assembléia

N.º 128

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cantário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DE 79.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1996.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, Secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Reraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Techv Filho, Albanor Gomes, Alqaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Rasilio Zanusso, Betó Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Merone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Trondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se em licença os Senhores Deputados Edgar Bueno e Plauto Miró Guimarães (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 856

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N.^o 842

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente contendo votos de pesar ao Senhor Mario Pereira, extensivo a todos os familiares, pelo falecimento de seu genitor, Senhor José Alves Pereira, ocorrido no dia de ontem, 26 de agosto de 1996, na Cidade de Ribeirão Claro, bem como à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) RENEY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Falecido aos 81 anos de idade, o Senhor José Alves Pereira, foi um dos pioneiros na colonização da região Norte Pioneiro do Estado do Paraná, tendo se estabelecido na Cidade de Ribeirão Claro, radicando-se no ramo da agropecuária. Em vida, foi uma pessoa que sempre soube conquistar amigos, visto o seu exemplo como pai, esposo e chefe de família, tendo grande prestígio entre a população do município, onde foi eleito Prefeito Municipal nas eleições de 1972, exercendo o mandato eletivo nos anos 73/76, com grandes realizações na sua administração.

Por certo o seu passamento deixará muitas saudades em toda a população, pois era uma pessoa benquista e admirada por todos que o rodeavam. Não poderíamos deixar de prestar esta singela homenagem àquele que em vida, sempre foi um amigo leal, e acima de tudo, porque sempre o admiramos por suas realizações.

REQUERIMENTO N.^o 853

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Silvio Santana da Silva, aos 53 anos de idade, ocorrido no dia 26.08.96.

Representante comercial, era casado e possuía 3 filhos.

Homem honesto, trabalhador, líder comunitário, amigo e solidário, Silvio Santana da Silva, com seu passamento, deixa enorme lacuna no seio de sua família e de seu vasto círculo de amigos.

Porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o

dever de associar-se à dor que abala a família de Silvio Santana da Silva enviando a ela voto de profundo pesar, para o seguinte endereço: Rua Francisco Ceccon, 281 - Conjunto Tiradentes - Alto Bocueirão - Curitiba-PR. - CEP: 81.770 - 120, rogando a Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 854

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Manoel Inácio, aos 72 anos de idade, ocorrido no dia 26.08.96, nesta Capital.

Ferrovário aposentado, era casado com Francisca Manoel Inácio e possuíam 06 filhos.

Homem honesto, trabalhador, líder comunitário, amigo e solidário, Francisco Manoel Inácio, com seu passamento, deixa enorme lacuna no seio de sua família e de seu vasto círculo de amigos.

Porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar do nosso coração a lembrança e o exemplo desse homem que soube conquistar o amor, o carinho e a amizade de todos os que tiveram a oportunidade de conhecê-lo e conviver com ele.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Francisco Manoel Inácio, enviando a ela voto de profundo pesar, para o seguinte endereço: Rua Nivaldo Braga, 12 - Cajuru - Curitiba-PR. - CEP: 82.900-080, rogando a Deus que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Mesa, a consignação na Ata dos Trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Virgulino Pedrosa Moleirinho ocorrido no último dia 26, na Cidade de Maringá.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Moleirinho, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 837

Senhor Presidente.

Temos a honra de propor, perante esta egrégia Casa de Leis, a presente moção de apoio à escolha do Dr. Félix Fischer, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, pelos fundamentos a seguir, REQUERENDO que esta manifestação seja apresentada às seguintes autoridades: Ministro Presidente do STJ; Ministro da Justiça; Presidente da República; além da Bancada Federal do Paraná, através do seu Coordenador, o Deputado Federal Senhor Basílio Villani.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Marquinhos Alves.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Félix Fischer, Procurador de Justiça do Estado do Paraná, concorre a indicação para a vaga de Ministro do STJ, na cota constitucional destinada ao Ministério Público. Sua Excelência, além de ostentar a mais idoneidade moral, é dotado de relevante saber jurídico desenvolvendo-o numa carreira brilhante.

Professor de Direito Penal da Faculdade de Direito de Curitiba, o Dr. Félix Fischer é um profundo conhecedor da matéria penal, atestada pelas sucessivas promoções por parte do Ministério Público paranaense, todas por merecimento.

Outros aspectos do currículo pessoal do ilustre jurista atestam o seu destacado mérito, justificando o apoio à sua indicação para o elevado cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, conforme pleiteado nesta moção, sendo ainda, que tal escolha representaria ademais, uma excelsa homenagem à classe jurídica oriunda do Paraná.

REQUERIMENTO N° 838

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Mônica, pela passagem do seu 4° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Valdenir Antonio Palmieri, ao vice-Prefeito, Senhor Ademir Pereira dos Santos e a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população do Município de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 10 de setembro, o Município de Santa Mônica estará comemorando

Rég. 04

Curitiba, terça, em 27.08.96

seu 24º aniversário de emancipação política.

O Prefeito Valdenir com o apoio de toda a população vem desenvolvendo um trabalho sério e, sem esmorecer, vem enfrentando todas as dificuldades sempre com a colaboração da representação estadual.

Com esta proposição queremos homenagear toda a população de Santa Mônica, que não mede esforços em prol do progresso cada vez maior do município.

Pois o aniversário de Santa Mônica diz muito a todos nós paranaenses, que amamos a nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

Ao contentamento da população de Santa Mônica, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, como representante do povo, pois estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso, graças ao Prefeito Valdenir e sua equipe de trabalho.

REQUERIMENTO N° 846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao novo Conselho Diretor do Rotary Club de Curitiba Norte, alusivos à transmissão de cargos e posse para o Ano Rotário 1996/97, a realizar-se no próximo dia 28 do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Conselho, Senhor Antonio Celso Mendes, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Coronel Adyr Guimarães n° 400, CEP: 82200-510, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) ORLANDO FESSUTI

REQUERIMENTO N° 847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações ao Juiz Doutor João Kopytowski, do 2º Tribunal do Juri de Curitiba, que a convite do Governo Federal da Alemanha, foi indicado para integrar a comitiva para visitar locais e instituições jurídicas, parlamentares, policiais, prisionais e outras, a título de aperfeiçoamento profissional e informativo, em vários Estados Germânicos.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, 2º Tribunal do Juri e ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento - Digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Além do Magistrado, integrarão a Comitiva, os jornalistas Júlio César Marin, Redator Chefe do Jornal "El Heraldo", de Honduras, Osvaldo Carlos Monge Aristegui, do "La Nación", do Chile, Andrea Rodrigues Toranzo, da Argentina, Mozart Emilio de Lancer, do "Listin Diário", da República Dominicana, Djalma Célio Gomes, Editor de Exterior do Estado de Minas e Daniela Pinheiro, da "Folha de São Paulo".

A viagem terá a duração de quatorze dias e abrangerá os setores mais importantes do Sistema Jurídico alemão, entre os quais a Corte Constitucional, o Parlamento Federal, a Central de Polícia Especial, estabelecimentos penitenciários e outras repartições da área policial, jurídica e eleitoral daquele País.

O Juiz João Kopytowski foi indicado pelo Cônsul Geral Dieter Hertrampf, Adjunto Martin Veter e vice-Cônsul, com atribuições consulares nos Estados do Paraná e Santa Catarina, por sua intensa luta contra a violência, a corrupção e o narcoterrorismo doméstico e intercontinental.

A coordenação das visitas estará a cargo do Serviço de Visitantes - Inter Nacionales - do Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal da Alemanha.

REQUERIMENTO N° 844

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando sejam determinadas providências com vistas à pavimentação asfáltica da Rodovia PR-508, trecho de 17 km, entre as cidades de Inajá e Santo Antônio do Caiuá, no Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento retrata o anseio da população dos municípios de Inajá e Santo Antônio do Caiuá. Há mais de 15 anos a obra em questão é reivindicada e aguardada. Obras de arte foram construídas, entre elas uma ponte de concreto de 25m de extensão. Mas, a pavimentação não saiu.

Na verdade, apesar de tratar-se de um trecho pequeno, sua importância para a região é grande. Explica-se: nas duas pontas, existem estradas pavimentadas. Saindo, por exemplo, de Santo Antônio do Caiuá, a PR-557 segue paralela ao Rio Paranapanema até Rosana, possibilitando a ligação com o interior paulista e o Mato Grosso do Sul; do lado de Inajá, a PR-464

leva à Usina de Taquaruçu, possibilitando também o acesso a São Paulo e a dezenas de municípios paranaenses, posicionados ao longo do Rio Paranapanema. Falta, então, para unir as duas pontas, justamente executar a pavimentação dos 17 km entre Inajá e Santo Antônio do Caiuá.

Cumpra, ainda, esclarecer que o projeto dessa obra está com a Secretaria dos Transportes, pronto para a execução.

Dai, o apelo que ora faço ao Senhor Governador. Apelo no sentido de que determine, o quanto antes, a pavimentação da PR-508, com o que estará beneficiando não apenas os dois municípios a serem interligados - Inajá e Santo Antônio do Caiuá - mas toda a região. Mais ainda, os benefícios se estenderão a todo o Paraná, uma vez que o trecho irá facilitar o escoamento da produção de vasta área, encurtando distâncias e reduzindo os custos dos transportes.

Exatamente por isso, espero seja o presente requerimento acolhido por esta Casa, certo de que ao Senhor Governador também não haverá de faltar boa vontade e disposição para atender o pleito. Mesmo porque trata-se de um anseio que vem de longe e que brota dos mais diversos setores da comunidade, especialmente das lideranças empresariais, políticas e agrícolas de toda a região.

REQUERIMENTO N° 849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento solicitando a criação e instalação de um Centro de Produção Agropecuário no Município de Irati.

A presente solicitação justifica-se pelo fato de a região de Irati, destacar-se pela sua produção agrícola e pecuária, sendo esta a sua principal economia, sendo este Centro de Produção uma forma de incremento benefício a todos os produtores da região.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando o cascalhamento do trecho São João do Triunfo à Vila São João, no Município de Irati, passando pelas localidades de Assunqui de Baixo, Assunqui de Cima, Bituva das Campinas, Bituva dos Lopes e

Bituva dos Machados, numa extensão de aproximadamente 70 quilômetros.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e da Família solicitando a liberação de recursos financeiros para a A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Irati.

As dificuldades já são enormes no que se concerne à educação de crianças normais e, somente àqueles que têm acompanhado o trabalho incansável das APAEs é que conseguem aquilatar os extraordinários serviços prestados.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Criança e da Família, solicitando a liberação de recursos financeiros para o Orfanato São Valdomiro de Irati.

São enormes as dificuldades pelas quais passa um Orfanato que tem como escopo propiciar o enquadramento de crianças abandonadas no seio da sociedade.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 858

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando a inclusão do Paraná no Plano de Metas do Governo Federal para os próximos dois anos.

A preocupação dos representantes do povo em relação a ausência do Paraná no referido Plano, se deve ao fato de ser o nosso Estado importante pela "própria natureza", o fato de estarmos resolvendo os problemas de transporte, educação, energia, agricultura, saneamento, telefonia e trabalho com recursos próprios, em nada libera o Governo Federal de sua responsabilidade para com o Paraná, 6° colégio eleitoral e responsável pela produção de 25% de nossa safra de grãos.

O elogio ao Governador Jaime Lerner, que está contido nas entrelinhas da ausência do Estado no Plano de Metas, é facilmente compreensível para os intelectuais do País mas não para a maioria do povo que representamos.

Precisamos de uma definição clara do Presidente da República, pois os paranaenses estão cansados de ouvir suas meias verdades e serem discriminados pelo Poder Central.

O Paraná exige e tem força para exigir do Presidente importantes obras que gerarão melhorias na qualidade de vida, conforto e empregos para os paranaenses.

É bom lembrar que a cada obra executada um número enorme de cidadãos é contemplado com a vida digna que lhes possibilitará a integração numa sociedade digna e com verdadeira representatividade.

Não aceitamos que o Paraná receba migalhas quando só tem sonado trabalho.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) ANTONIO BELINATTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 398/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os incisos I e II caput, do artigo 3°, da Lei n° 11.429, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3° - (...)

I - em uma única parcela, até 30 de novembro de 1996, com redução de 90% do valor da multa:

II - parcelado conforme segue, desde que a primeira parcela seja paga até 30 de novembro de 1996 e as demais até o último dia útil dos meses subseqüentes:

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Diante do quadro nitidamente desenhado na Economia atual, lamentavelmente, o País caminha rapidamente para a falência generalizada das empresas nacionais, tanto grande quanto, e principalmente, as pequenas, as quais a cada dia que passa fecham suas portas, impossibilitadas de quitarem seus débitos, de conseguirem novos recursos, os quais inexistem, e quando surgem os juros extorsivos e incompatíveis com a nossa realidade, levando todo o empresário ao desespero, angústia e asfixia financeira.

Entendemos que todo o mal tem seu período de convalescença e que toda a glória exige um determinado sacrifício, é dentro

dessa linha de raciocínio que recebemos em nossos locais de atendimento, em Irati e em Curitiba, nesta Casa de Leis, comitivas de empresários que desejam colocar em dia os tributos do ICMS em atraso, que agradecem a Lei n° 11.429, contudo, precisam de mais um suspiro desta prorrogação para terem condições de se enquadrarem dentro dos prazos estabelecidos na lei.

A esperança do empresariado, na recuperação da nossa economia, não pode morrer. É a expectativa de oferta de emprego e de aquecimento no mercado, trazendo uma nova realidade que se reverterá em prol de todas as comunidades.

Assim é que apresentamos este projeto de lei e pedimos o apoio de todos os nobres pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 399/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, autorizado a firmar convênios com as Prefeituras Municipais ou empresas privadas que possuam barracões/galpões desativados, com intuito de fazer uso destes, destinando-os às microempresas; mini-indústrias; casa de artesanatos; e outras pequenas atividades mercantis.

Art. 2° - A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio firmará convênios com as microempresas interessadas na ocupação do espaço estabelecendo critérios para uso do mesmo.

Art. 3° - Esta lei será regulamentada 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como escopo oferecer um incremento às pequenas indústrias e microempresas e outros pequenos seguimentos do ramo comercial e industrial que passam por problemas seriíssimos de local para o desenvolvimento de suas atividades. Muitas delas com as atividades paralisadas.

O Governo do Estado do Paraná tem investido na construção de barracões, o que é perfeitamente elogiável, para essa finalidade, para propiciar um local adequado para este pequeno mas importantíssimo seguimento da nossa sociedade, portanto, esta forma que estamos apresentando recai como uma forma de redução de custo ao Estado, e oferece a quem possui barracões/galpões desativados, a oportunidade de ob-

ter faturamento além de dar destinação útil ao mesmo e proporcionar o aparecimento de novas microempresas, dar condições às que já existem e provocar um aquecimento da economia no Município e, por conseguinte, ao Estado.

O presente plano de lei visa normatizar uma situação que é realidade assola toda pequena e média empresa do Estado do Paraná e do País.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI N° 400/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado ao Poder Judiciário criar o Distrito Judiciário de Mandiocaba, Município de Paranavaí.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Mandiocaba caracteriza pela alta produção de mandioca, considerando o Maior Produtor Brasileiro.

Possui várias residências, próximas às áreas de cultivo da mandioca, onde o fluxo de negócios é constante; questões agrárias, arrendamento, etc. fazem parte da vida cotidiana.

O Distrito de Mandiocaba é responsável por uma das maiores fontes de rendas do Município de Paranavaí.

A exemplo, outros Distritos do Município menores já foram elevados à categoria de Distrito Judiciário, enquanto que Mandiocaba, embora maior e com fluxo de negócios superior a estes, ainda não.

Há muito a população reivindica urgentemente a criação do Distrito Judiciário a fim de utilizar dos serviços cartoriais, pois quanto necessário tem que se deslocar até o Distrito de Graciosa, para celebrar seus negócios.

Por isso, pedimos o apoio e a aprovação do presente, para que seja criado o Distrito Judiciário de Mandiocaba, Município de Paranavaí.

PROJETO DE LEI N° 401/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O Serviço que ora pretende declarar-se de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, o auxílio e orientação aos Deficientes Auditivos, através, principalmente, de educação, reabilitação, tratamento médico e assistência psicológica, promover e trabalhar pela integração do Deficiente Auditivo na Comunidade e visar a profissionalização e colocação do mesmo no mercado de trabalho.

Por estas e outras razões que só enaltecem o papel da APADAG, perante a sociedade foi declarada de Utilidade Pública em âmbito Municipal através da Lei n° 433/94, de 23 de junho de 1994.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais n° 8589 e 6994 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI N° 402/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Ação Social", com sede e foro no Município de Palmas.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 1993, e presta atendimento a dezenas de pessoas carentes.

O PROVOPAR Ação Social, se constitui na única alternativa para estas pessoas, em grande número crianças oriundas de famílias carentes ou de baixa renda, e que não dispõem de recursos para o custeio de suas necessidades básicas.

Pelos motivos acima expostos, e pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à comunidade daquele município, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 403/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Sílvia Magalhães Barros", com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições que contrariem a presente lei.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual "Silvio de Magalhães Barros", de Maringá, pessoa jurídica de direito privado, "é um órgão de representação dos pais e professores do Estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros". (Art. 2º do Estatuto da APM).

A APM do Colégio Estadual "Silvio Magalhães Barros" tem sua sede na Rua Ivens Lagoano Pacheco, 266, no Conjunto Nev Braga, em Maringá, e tem, entre seus objetivos: "discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade;" (Art. 3º, item I, do Estatuto da Entidade).

Seu Estatuto está devidamente registrado no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Maringá, sob nº 01/1591, averbado no Livro A-1, no dia 29.02.1988.

PROJETO DE LEI Nº 404/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar os Hospitais Públicos e as Santas Casas de Misericórdia das taxas de consumo de energia elétrica e de água, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Caberá ao Estado fazer as alterações orçamentárias necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.08.96.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É de notório conhecimento as dificuldades porque passa a área de saúde pública e em especial os estabelecimentos ligados à Previdência Social que atendem pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Muitos deles prestes a fecharem suas portas, por não poderem honrar com suas despesas, pelo atraso do pagamento devido a eles pelo Ministério da Previdência Social. Esses estabelecimentos, na maioria, prestam serviços imbuídos da mais verdadeira abnegação

e amor aos cidadãos menos favorecidos da nossa sociedade.

Assim sendo, pretendemos, através de nosso projeto, amenizar a situação caótica porque passam estes estabelecimentos. E ao mesmo tempo valorizá-los pelos indispensáveis serviços que prestam à coletividade.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não havendo oradores no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, concedo no Horário das Lideranças. PMDB, PT. O Dr. Rosinha com a palavra.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em ano eleitoral geralmente os partidos que ocupam o governo não podem, mas, geralmente agem de maneira até agressiva no sentido de fazer o seu sucessor. E essa agressividade vale em todos os sentidos. Ou seja, através da pressão sobre os funcionários para que trabalhem na campanha, chapa branca, geralmente.

A administração pública do Paraná - Governo do Estado e Prefeitura de Curitiba neste ano eleitoral tem, investido muito mais do que em anos anteriores, apesar de investir muito em publicidade. Mas em ano eleitoral é característica de todas as administrações Jaime Lerner ou do seu Partido, PDT, a pressionar servidores públicos para trabalharem na campanha. Isso está se repetindo este ano. Na Prefeitura de Curitiba a pressão se faz, principalmente sobre aqueles que ocupam qualquer cargo de confiança. Mesmo aquele cargo de chefia lá na periferia da cidade em uma unidade de saúde. São pressionados a trabalharem. Guardas municipais são pressionados a trabalhar sábado e domingo e, para isso, recebem o que é chamado de DSR - Descanso Semanal Remunerado. Quinta-feira da mesma passada chegou em minhas mãos, uma folha de pagamento, uma folha de presença em serviço assinada já até o dia 26, a qual levei à "Folha de Londrina" que, no domingo, publica uma nota dizendo o seguinte: "A licença ilegal a funcionários da Prefeitura de Curitiba e do Governo liberados, extra-oficialmente, para a campanha de aliados. Um dos casos é o do guarda Dinarte Rodrigues da Silva. A folha de frequência do funcionário do período 26 de julho a 25 de agosto foi antecipadamente assinada, conforme xerox do espelho de frequência que chegou à mão de políticos da oposição semana passada."

Isto saiu na "Folha de Londrina" de domingo e a folha de pagamento é esta, porque fui eu que levei para a "Folha de Londrina", na sexta-feira, quando já estava assinada a folha de frequência até o dia 25, domingo.

Contra o fato não há argumento que possa dizer que isto não está acontecendo na administração pública do Estado do Paraná. No sábado, na mesma "Folha", o senhor Gerson Guelmann assume, publicamente, que aqueles que têm cargos de confiança são obrigados a irem trabalhar e se não forem no sábado e domingo eles perderão esse cargo porque foram indicados por um partido.

Srs. Deputados, cargos de confiança existem às centenas na administração pública. E muitos deles são ocupados por funcionários de carreira que galgaram degrau por degrau e em cima de sua competência que foram nomeados, e não em função de ser simpático a este ao aquele partido. Há um uso desavermelhado da máquina da administração pública do Estado do Paraná do Governo Municipal de Curitiba.

Tenho em minhas mãos um memorando do Coronel Cândido a todos os supervisores de chefes de grupamento que diz o seguinte:

(Lê conforme xerox anexo)

DE: Cel. Cândido

PARA: Supervisores Chefes de Grupamento

SOLICITAÇÃO

Solicito aos Senhores Comandantes de Grupamentos que consultem os integrantes de suas respectivas áreas solicitando os que voluntariamente se apresentem para participação do dia D como colaboradores da Campanha do candidato Cássio.

A listagem deve ser entregue para este Comando até o dia 26.08.96.

Curitiba, 16 de agosto de 1996.

(a) CEL. CÂNDIDO ALVES DE SOUZA
Secretário Municipal

Cumprindo ordens do Coronel Cândido, Ailton Sebastião Machado, Supervisor faz um documento interno que diz o seguinte:

(Lê conforme xerox anexo)

PREFEITURA DA CIDADE DE
CURITIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL

COM: 131/96

DE: 7º GS

PARA: Supervisão

O presente tem a finalidade de informar a esta Supervisão que deverá escalar 10 Gms para trabalhar no dia 03 de outubro para o Movimento do Coração Curitiba. Estes Gms deverão apresentar-se na Sede Gms as 7:00 do mesmo dia.

Esta relação deverá ser encaminhada a DOP. até 26.08.96 e os Gms deverão ser

convocados como voluntários através de Formulário que segue junto deste.

Informo ainda que os Gms deverão apresentar-se a paisana e poderão assinar as horas trabalhadas no ponto do referido mês.

Atenciosamente.

(a) AIRTON SEBASTIÃO MACHADO
Supervisor - Mat. 86.398-1

Deputado Valdir Rossoni, esta é a máquina que está sendo usada pela administração pública do vosso partido com toda a documentação, memorandos e documentos que circulam internamente na Prefeitura de Curitiba e com o Sr. Gerson Guelmann, assumindo publicamente que está pressionando, sim, os servidores públicos, alguns deles que por merecimento ocupam cargos de confiança e outros deles que por apadrinhamento, estes sim deveriam trabalhar, já de voluntários, já que apadrinhados que estão nesses cargos de confiança. Enquanto isso ocorre, paga-se descanso semanal remunerado, paga-se horas extras para campanha eleitoral do candidato chapa branca.

Diz a administração pública que não tem dinheiro para aumentar o salário do servidor público. Eu sei que alguns dos Srs. Deputados pode estar, inclusive, ironizando no meu pronunciamento, mas isso é crime, isso é irresponsabilidade, isso é uso da máquina pública em favor do candidato chapa branca, Cassio Taniguchi, que aliás quando foi denunciado pela imprensa o processo contra o referido candidato por não pagamento de impostos no INSS, logo em seguida é arquivado o processo por sonegação de impostos, que era uma acusação que tinha contra o Cassio Taniguchi. Isso leva-se, inclusive, a suspeita que no Paraná, juízes são filiados a partidos políticos, porque desde quando um sonegador, mesmo que pague, deixa de ter cometido o crime da sonegação. É como o ladrão que rouba televisão, arrepende-se quatro meses depois ou quatro anos depois, vai lá e devolve a televisão. Não deixou de ser ladrão. Assim como o Sr. Cássio ao pagar, não deixou de ser sonegador do INSS. Este candidato chapa branca, sonegador, usa da máquina do Estado e da Prefeitura Municipal de Curitiba para fazer a campanha para prefeito. Dessa maneira, claro, que se torna impossível claro que só tem ascensão em toda e qualquer pesquisa, pois é forçando o servidor público a fazer o trabalho no qual ele não tem e não deseja, até porque servidor público nesta administração não suporta mais o achatamento salarial e o autoritarismo da mesma. Há mais de um ano sem reajuste!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a

palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, costume dizer sempre Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há no mundo dois lugares em que a mão sincera não pode alcançar o cidadão, um é no balcão onde todos nós temos plena liberdade de expressão, e o outro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados é da Tribuna aqui desta Casa, aonde no exercício do mandato que o povo nos conferiu nós podemos aqui expressar as nossas idéias, as nossas opiniões mesmo que isso signifique fazer com que algumas verdades aqui deste Estado possam na verdade ser atizadas. Sr. Presidente, Srs. Deputados eu confesso que estou profundamente envergonhado de ser hoje paranaense e ter no Palácio Iguazu alguém que perdeu completamente os escrúpulos porque não respeita ele a vontade popular que colocou no Palácio para cuidar dos interesses do povo paranaense e não fazer como está fazendo, utilizando a máquina pública para beneficiar os seus candidatos que com as benesses do poder querem ganhar a eleição no Paraná inteiro num esquema milionário e abafar aquelas lideranças populares verdadeiras que em todos os municípios erigem uma bandeira com dignidade, com luta para apresentar à população uma proposta séria.

Tem sim o PDT bons candidatos, homens dignos e honrados. Tem sim, Deputado Zuk, dos partidos que compõe a coligação que apoiam o Governador homens que merecem ser Prefeitos, mas não podem, a pretexto de fazer com que esses candidatos possam ganhar a eleição se criar, na verdade, como disse bem apropriadamente o Deputado Carlos Simões se criar "ets" da política porque estão agora, transformando a campanha de Curitiba num programa igual ao que a Rede Globo apresenta pela manhã para as crianças como a TV Colosso. São clips exclusivos. Importaram poetas para dequiar textos que dizem escritos pelos Governantes, trouxeram especialistas de São Paulo, 47 publicitários estão hospedados à custa do dinheiro do povo no Hotel Araucária Flat. O "cortume", Deputado Alborghetti, V.Fxa. que tem uma produtora, trouxeram máquinas aqui, instalaram equipamentos que só a Rede Globo no Rio de Janeiro possui. Produzem filmes, Deputados Rossoni, em 35 milímetros, parece que vivemos aqui a fase áurea dos estúdios de Hollywood.

Não é possível Deputado Zuk que fiquemos impassíveis, ver ontem, por exemplo, de forma desavergonhada o Chefe da Casa Civil divulgar o roteiro que o Governador vai fazer pelo interior, como se a Casa Civil fosse a sede do partido do Governador. Não é possível ver que o Governador

vai fazer roteiro durante expediente do trabalho utilizando o avião que é locado, porque já não usa mais o avião de propriedade do Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esses recursos públicos estão sendo mobilizados, seguramente aqueles que estão faltando num Estado que só, conforme inclusive a revista "Veja" denunciou e nós todos aqui sabemos que o Estado do Paraná está quebrado, afundaram o Estado que tinha as Finanças em dia. Os Prefeitos paranaenses que os Senhores Deputados, que compõem a Bancada do Governo levaram ao Palácio para assinar convênios, não conseguem realizar os convênio porque não tem dinheiro, porque o dinheiro está sendo gasto na propaganda que querem empulhar para ganhar as eleições. Que tenha o Governador Jaime Lerner a mesma dignidade que teve o Governador Richa, que numa campanha eleitoral se licenciou para apoiar o seu candidato. Faça ele da mesma forma que fez o Governador, siga o bom exemplo de um Governador honrado que o Paraná teve. Porque seguramente, já que a nossa vice-Governadora não pode assumir o cargo por impedimento da candidatura do Deputado Antonio Belinatti, assume o Governo do Estado um magistrado, um homem honrado, que tem as mãos limpas, que é o Deputado Anibal Khury. Vamos dar dignidade à política. Quero parar de assistir na televisão o Governador estar puxando os seu olhinhos, criando na verdade atos que foram importados por publicitários dos Estados Unidos da América, são mecanismos, Deputado Jocelito, de controle da opinião pública.

O Sr. Valdir Rossoni - Me permite um aparte, Deputado? Gostaria de contribuir com o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - A política, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a política é o espaço do contraditório, é do conflito. A política, o horário eleitoral gratuito não pode sofrer nenhum tipo de censura. O Prefeito Rafael Greca mentiu na campanha de 92, fez falsas promessas e agora quando nós mostramos que a mesma promessa está sendo reinaugurada, tem que tirar o programa do PDMP do ar porque nós não podemos, porque esta campanha daí não é sadia. O que é sadia?

O Sr. Valdir Rossoni - Eles tem medo do Ferreirinha.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Reuniunavar três vezes a mesma promessa, porque na próxima campanha virão de novo com a mesma promessa. Ficam vendendo ilusões para o povo. O Governo do Estado e a Prefeitura e as empresas estão fazendo no levantamento

que foi feito, Sr. Presidente, por uma empresa especializada, 38 minutos diários de propaganda. Não é possível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós assistamos passíveis a este verdadeiro massacre. Não é possível que ontem mobilizassem toda a estrutura da Prefeitura com dinheiro do Povo, ônibus que deveriam estar, o "Ligeirinho", servindo ao povo. Estavam no comício, aliás, diga-se de passagem, comício absolutamente fracassado, que iriam 20 mil lutamente fracassado, que iriam 20 mil pessoas, e bem registra o Estado do Paraná, 1.200 pessoas estavam na Boca Maldita, com Sérgio Reis, Willian e Renan, que não sei se é dupla caipira ou se são jogadores de vôlei, mas seguramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível ver o dinheiro do povo sendo usado para se pagar o show do Sr. Sérgio Reis. Hoje nós jornais já diziam: Ah! não, o show do Sérgio Reis que é da Fundação Cultura foi aquele de duas semanas atrás que foi feito lá no Umuaramá. Ora, não somos nós, Deputado Zuk, não somos idiotas, não nascemos ontem, nós sabemos o que está acontecendo e todos os senhores sabem e nós paranaenses que nos orgulhamos do nosso Estado, do Estado equilibrado, o que estamos vendo? O Governador ir ao Rio de Janeiro, no BNDES, buscar mais 240 milhões para fechar a possibilidade de pagar a folha de pessoal. Nem 13º se tem garantia hoje que vai se pagar.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós todos que fazemos política com seriedade temos que ficar de olhos bem abertos porque quem ama não engana, quem ama o Paraná não pode querer enganar essa população ordeira, pacífica, trabalhadora, não só aqui de Curitiba mas de todos os rincões que acreditou que o Governador vinha para trabalhar! Mas infelizmente se se tirar o plug que liga a televisão da tomada acaba o Governo, porque os Srs. que andam pelo interior sabem. Só inauguraram obras agora que haviam sido iniciadas no Governo Roberto Recuião!

Fico satisfeito em poder falar aqui, porque desta Tribuna, graças a Deus, foi o povo aqui que me trouxe e daqui ninguém pode me calar!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário da Lideranças concedo a palavra ao Deputado Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Folha de Londrina estampou na sua edição de ontem, em 1.^a página, uma matéria que mostrou a postura, o comportamento do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em relação ao nosso Estado.

O Paraná, sexto colégio eleitoral do

País, o Paraná que produz 25% da nossa safra de grãos, o Paraná muito importante no contexto da Economia do Brasil e também do exterior, e lamentavelmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, creio que todos os paranaenses que leram a matéria estampada no jornal, devem ter ficado estarecidos, magoados, tristes, com o Presidente e com o Governo do PSDB que teve, no Paraná, uma expressiva votação, na última campanha presidencial. Pasmem os Senhores Deputados, o Governo FHC acaba de elaborar o seu plano de metas para os próximos dois anos. Notem bem, Senhores Deputados, o Senhor Presidente da República, divulgou o seu plano de metas, metas do Governo Federal, que portanto é o Governo do Brasil e que tem que atender a todo território nacional, sem discriminação! De repente, Senhores Parlamentares, está aqui, o Paraná fica de fora do plano de metas, programa de investimentos anunciados por FHC, observem em que valor, quanto vai gastar o Governo em obras no País, 79 bilhões de reais! E quanto vem para o Paraná? Está aqui, nesta ampla matéria, praticamente o Paraná está excluído do plano de metas, do plano de obras!

É bom lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Paraná tem direito, não é esmola que o Paraná deseja do Governo central, o Paraná busca apenas ser tratado com igualdade! Porque a mesma matéria está apontando que São Paulo, terra do Presidente da República, vai ser o Estado que vai levar a maior parte deste dinheiro e consequentemente dinheiro que seria para fazer obras aqui no Paraná, estradas, hospitais, ajudar a Agricultura, o aposentado, o desempregado, as instituições de caridade, melhorar a qualidade de vida, aumentar as nossas divisas. Porque cada obra pública que é feita, ela também gera emprego, o que é importante. A medida em que o Governo está executando uma obra pública, além de melhorar, de dar conforto à população, o Governo está também motivando a geração de emprego, porque, infelizmente, este Governo implantando em Brasília, é o causador, é o responsável de maior crise, da maior onda de desemprego em toda história política do nosso Brasil. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, venho a essa Tribuna, lamentar e criticar a postura do mais alto mandatário desse país que recebeu aqui um voto que precisava do povo paranaense para ser eleito, e agora discrimina o Paraná, dá as portas para o nosso Paraná, e nós queremos pedir aos senhores parlamentares a aprovação de um requerimento em caráter de urgência para o Senhor Presidente da República pedindo que não seja feita essa discriminação contra uma população de quase 10 milhões de paranaenses, o nosso ex-

pediente diz o seguinte: Senhor Presidente, o Deputado que subscreve após anuência do Plenário, solicita seja enviado expediente ao Exmo. Senhor Presidente da República, solicitando a inclusão do Paraná no plano de metas do Governo Federal para os próximos dois anos. Atentem bem Senhores Deputados, o Paraná foi excluído de qualquer obra pública, não é apenas para 97, é para os próximos dois anos. A preocupação dos representantes do povo em relação a ausência do Paraná no referido plano de obras e metas, se deve ao fato de ser o nosso Estado do Paraná importante, pela sua própria natureza, o fato de estarmos resolvendo aqui os problemas do transporte, educação, energia, agricultura, saneamento, telefonia e trabalho com recursos próprios. O fato de o próprio Paraná estar procurando dentro dos seus poucos recursos resolver todos esses problemas. Isso Senhores Deputados, não libera em hipótese alguma da responsabilidade o Governo Federal para com o nosso Paraná. Volto a repetir, 6º Colégio Eleitoral e responsável pela excelente produção de 25% da nossa safra de grãos. O elogio ao Governador Jaime Lerner, que está contido nas entrelinhas da ausência do Estado nesse Plano e Metas, é facilmente compreensível para os intelectuais do País, mas não para a maioria do povo que nós representamos. Precisamos Senhores Parlamentares de todos os partidos de uma definição muito clara, muito objetiva do Presidente da República, pois creio que todos os paranaenses estão cansados de ouvir as meias verdades do Presidente e de serem discriminados vergonhosamente pelo Governo Central. O Paraná exige e tem força para exigir do Presidente importantes obras que vão gerar melhorias na qualidade de vida, conforto e principalmente cada obra pública aqui executada gere emprego, cada obra que deixa de ser realizada, ela deixa de trazer divisas e deixa de gerar o emprego para a mão de obra que está ociosa. É bom lembrar Senhores Deputados que a cada obra executada um número enorme de cidadãos é contemplado com a vida digna que lhes possibilitará a integração numa sociedade digna e com verdadeira representatividade. Não aceitamos Senhores Deputados receber apenas migalhas do Governo Federal quando o Paraná só tem somado trabalho e ajudado com esforço de quase 10 milhões de paranaenses no crescimento e no desenvolvimento no nosso Brasil.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelo PTR.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou horrorizado. Outro dia desapareceu uma criança de Guaratuba e trouxeram uma criança de Manaus. Desfilaram com a criança em praça pública. Eu fui para a televisão e disse "não é o menino". É brincadeira. E vou mais além, acharam uma criança lá em Manaus, trouxeram para cá, desfilaram com a criança num carro de bombeiro. E eu só olhando. A Polícia Militar brigando para ver quem ergue o menino primeiro, só faltou o meu Governador como laranja. O Deputado Chab e o Deputado Alborghetti não existe mais ninguém, dissemos que não era o menino. Aí vieram os demagogos, os "calcinhas de veludo", os falsos intelectuais da Capital, de Direitos Humanos dizendo: "aonde se viu, o Deputado Alborghetti dizer que não é o menino, tadinha da mãe, e a mãe chorava, dizia "é o meu filho, tem uma pintinha aqui, outra ali". Que pintinha nada! Vejam bem, o que o menino fez com as nossas redes de televisão, a semana passada foram filmar o menino aqui na Delegacia ele deu chutes em toda a imprensa. Eu falei: "isso é um menino de rua". Mas que palhaçada, teve até discurso, erguiam e jogavam o menino para cima. Eu e o Deputado Chab só olhando, "isso vai dar uma sujeira". Pois é, não é o menino. O interessante, Senhores Deputados, no dia que esse menino chegou no aeroporto a Polícia Civil e a Polícia Militar brigavam para ver em que carro ele iria. Então, marcaram. Vamos para Guaratuba. Festa. chegando em Guaratuba, tinha foguetes, teve discurso, candidato a Vereador, candidato a Prefeito. Foi uma festa de arromba. Então fui para televisão, liquei para o Deputado Chab e ele disse: "pode falar". Aí eu falei: "não é o menino". Mas, eu já fiquei "cabreiro" com a mãe. Cabreiro é uma gíria policial, nós usamos muito na Polícia. O pai já vendeu esse filho umas dez vezes, depois fica rezando e fazendo promessas. Esse é outro cascadeiro. O sujeito não foi. Esse é outro cascadeiro também. Tinha um que vendia o filho todo o dia na Assembléia que eu não aqueitava mais. Todo o dia era dinheiro, dinheiro. Esse aí pegou uma cruz andou uns dez quilômetros, e não chegou até hoje a Nossa Senhora Aparecida. Foi de caminhão e voltou de caminhão. Também, o que faturou na estrada. Eu fiquei olhando a cara do pai, falei: - Esse aí vai faturar uma grana nesse moleque. Mas eu olhei para a mãe, Tavares, e falei assim: Mãe não engana. Coração de mãe não engana. Não é Chab? Até semana passada a mãe estava indecisa e hoje já acharam o pai. O verdadeiro pai a verdadeira mãe. Estão lá em Manaus, atrás do filho e o filho aqui em Guaratuba tomando banho de mar.

O primeiro aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Belinati - Bem aí ficou prejudicado o aparte, porque Vossa Excelência acaba de dizer que foi localizado, o pai e a mãe. Porque senão eu iria sugerir, que esse casal que perdeu o filho que tudo indica que esse guri está morto, que este casal adotasse o guri.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O Deputado Ricardo Chab, tem mais informações ainda, preste atenção por favor, no que o Deputado Chab vai falar.

O SR. RICARDO CHAB - Quero até a título de esclarecimento, dizer o seguinte: Que a mãe legítima do menino e o pai, que o pai é adotivo, cujo primeiro nome é Agnaldo. Eles vão ter uma audiência agora a tarde, com o Juiz da Infância e da Adolescência lá em Manaus, porque eles, registraram uma queixa do desaparecimento da criança, na polícia de Manaus. E de repente a Polícia não comunicou o Poder Judiciário. Então na verdade o que aconteceu foi um seqüestro do guri, lá de Manaus.

O menino está desaparecido lá em Manaus. Trouxeram o menino para cá, como sendo o garoto Leandro. Então, agora estão levando inclusive, os documentos da escola do Grupo Santa Terezinha de Manaus, onde o menino foi repentinamente por dois anos consecutivos.

Estão levando a Professora da Escola, a Diretora, todas elas reconhecem o menino como sendo o Diogo.

Então aquele nome Diogo é o nome legítimo do menino.

É o nome verdadeiro do menino. E a mãe e o pai moram na zona rural de Manaus, são pessoas simples. Aí uma Senhora, que denunciou tudo isso naquele órgão que busca crianças desaparecidas a nível Mundial.

Então a confusão está estabelecida. Inclusive, fiz contato com o Juiz da Vara da Infância e da Adolescência. O Juiz falou: O Termo que eu dei ao Senhor João Rossi aí do Paraná, é um termo de guarda e posse da criança, provisório.

Posso revogar isso a qualquer momento. Então quem sabe ainda hoje ou amanhã, haja uma autorização para que o menino retorne lá para Manaus. Esse exame aqui é importante no Paraná, que é o exame do DNA. Que é o exame do crescimento do menino, isso é importante também, porque daí sucumbe realmente todas as dúvidas, né.

Agora, acho louvável a atitude do Deputado Alborghetti, na Tribuna, porque de repente, em se tratando de segurança, nós não podemos ter precipitação. E esse caso foi um caso lastimável de precipitação pura e simples.

Agora, talvez, não sei não, se não vão querer condenar a nossa Imprensa.

A Imprensa descobriu e divulgou. Ora, gente! Na verdade se eles não quisessem a divulgação do caso, eles ficariam investigando o caso lá em Manaus, até hoje.

E iam fazer o exame do DNA, lá em Manaus, iam fazer todos os exames necessários da criança lá em Manaus. Não trariam a criança, para cá como se fosse um troféu.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - A Imprensa Folha de Londrina, a Gazeta do Povo.

Vou repetir aqui. O Estado do Paraná, a Tribuna do Paraná, Jornal Indústria e Comércio, a Folha de Londrina, nenhum dos jornais do nosso Estado, disse: esse é o filho do casal. Ninguém, nem o Diário Popular.

Sempre ficou um ponto de interrogação. Vamos aguardar o exame do DNA. Todos os jornais, inclusive, se você pegar a folha do Jornal Gazeta do Povo, o jornalista fazia sempre a matéria, com autenticidade, abalizada.

A mãe diz que é. Ninguém, da imprensa do Paraná afirmou categoricamente, este é o menino desaparecido. Então a imprensa do Paraná não pode ser crucificada.

O SR. RICARDO CHAB - Quero colocar aqui, com clareza até porque de repente em se tratando de segurança pública, então nós não podemos ter atitude precipitada, porque todos nós acompanhamos o drama.

Particularmente chorei. Mas quando vi o abraço da criança no pai, tenho certeza o Senhor como pai também e todos os demais Deputados aqui, que são pai. Que têm sentimento de pai e sentimento de mãe, sabe na verdade que emociona. Então, de repente me leva a fazer uma reflexão profunda, em se tratando de segurança, acho que toda cautela é pouca. E, neste caso, mais uma vez ficou evidenciado a precipitação.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Com o aparte o Deputado Takayama.

O Sr. Takayama - Obrigado Deputado Alborghetti. É a primeira vez que estou usando o microfone para fazer um aparte e quero agradecer a Vossa Excelência, primeiramente parabenizá-la pela sua fala, pelo seu discurso. Tenho observado que Vossa Excelência, tem sido um baluarte, um lutador, pela justiça e pela causa do mais pobre.

E, nessa questão deste menino nós extraímos duas verdades, duas lições: primeiro o perigo da precipitação. Nós vemos como a nossa sociedade, a nossa população muitas vezes é levada, conduzida, coagida a receber informações que fogem à verdade.

Até nas questões políticas vimos o caso Ferreirinha quando um candidato foi seriamente prejudicado pelo forjar, nela mentira em produzir um criminoso.

Em segundo lugar, existe um outro perigo em toda essa questão que nós sabemos é a questão religiosa onde sabemos e não estou fazendo afirmações, mas sabemos que está havendo em toda essa questão, o assassinato de crianças oferecidas em rituais.

Rituais oferecidos aos demônios. Nós sabemos até onde isto é verdade mas sabemos que a imprensa noticiou largamente a questão. Não sei porque a questão está sendo abafada, por uns tempos, mas sabemos que existem seitas por aí que estão usando práticas perigosas e a nossa sociedade, os nossos Parlamentares deveriam olhar e gritar um pouco mais alto com relação a essa questão.

Para que casos como esse não venham a ocorrer. Nós sabemos que estão tentando achar alguém para poderem cobrir esses fatos.

E gostaria que este Parlamento ficasse atento, como Vossa Excelência sempre foi, para essa questão da religião para não entrarmos em religiões perigosas e obscuras onde até pessoas são oferecidas em rituais macabros.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concordo com Vossa Excelência. Mas, ainda acredito no Poder Judiciário, ainda acredito no Ministério Público.

Primeiro Deus, primeiro Cristo, depois o Poder Judiciário.

Sem a justiça nós não estamos amparados, nós não temos as asas da nossa liberdade democrática e constitucional.

Agora, acredito muito no Poder Judiciário.

Concordo com o Deputado Chab: precipitação foi o que aconteceu no caso do menino de Guaratuba. Não podemos culpar a Imprensa.

A Imprensa não descobriu nada, trouxeram o menino e fizeram um carnaval, só faltou ter escola de samba. E, agora, não é a criança! O verdadeiro pai e a mãe estão em Manaus.

Oxalá Cristo permita que a verdadeira criança apareça.

Mas fica aí o grito de alerta - precipitação!

Espero que não haja mais isso na história da Polícia Civil e da Polícia Militar do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Horário da Liderança do PPB com a palavra o Deputado Augustinho Zuchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora o calor da disputa eleitoral tenha ocupado praticamente quase todos os pronunciamentos nesta Assembléia, há poucos dias aqui, nesta Casa, fizemos um debate com relação ao seguro agrícola. Com a participação não só de técnicos e organismos aqui do Estado, mas, também, de outros Estados da Federação.

Ocupo neste momento a Tribuna para comunicar aos Srs. Deputados, principalmente os membros da Comissão de Agricultura que amanhã, Sr. Presidente, no Plenário da Assembléia Legislativa às 09:00 horas da manhã, estará iniciando aqui no Paraná a Campanha Estadual de Valorização da Agricultura Familiar. Participam da Campanha a:

- FETAEP
- CUT
- CEAB
- Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa.
- IAPAR
- EMATER
- DESER
- SINDASPP
- SINTEA
- Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná
- AFA
- SENGE
- Secretária de Educação
- Universidade Federal do Paraná
- Opinião Comunicação e Marketing.

E, gostaria de relatar aqui apenas um dado com relação as pequenas propriedades do Paraná com a globalização da economia, com as dificuldades do nosso agricultor, muitas famílias estão deixando as suas propriedades e pelos dados da FAO/INCRA (1995), dos 7 milhões de estabelecimentos rurais existentes no País, dos quais 6,5 milhões são classificados como agricultura familiar (ocupando 80% das pessoas que trabalham na agricultura familiar e dispondo apenas de 25% da área agricultável).

O êxodo rural cresce 20% ao ano, além dos mais de 600 mil migrantes só na região de Curitiba.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui o convite para que os nossos companheiros Deputados participassem amanhã desse ato de apoio de lançamento da Campanha de Valorização da Agricultura Familiar aqui no Paraná, porque no Paraná os estabelecimentos menores de 50 hectares são responsáveis por:

- 71% do algodão produzido;
- 61% do arroz;
- 51% da batata;
- 79% do feijão;
- 91% do fumo;

82% da laranja;
60% do milho;
55% do leite;
84% da carne de porco;
39% do trigo e
35% da soja.

Neste momento, Presidente, encerrando as rápidas palavras que faço uso na Tribuna nesta tarde, peço aos Srs. Deputados que participem deste evento às 09:00 horas no Plenarinho da Assembléia, em demonstração de apoio aos pequenos agricultores do nosso Paraná e a Valorização da Agricultura Familiar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Horário das Lideranças passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 102/96, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação das Federações Desportivas de Amadoras do Paraná - AFEDAP, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 32, de 02.04.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 102/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Algaci Túlio, visa declarar de Utilidade Pública a Associação das Federações Desportivas Amadoras do Paraná - AFEDAP, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a criar no Quadro Próprio dos Servidores Públicos, dos Órgãos e Empresas da Administração Direta e Indireta, os cargos de Secretário (a) Executivo (a) e Secretário (a) Técnico (a). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 64, de 21.05.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 189/96

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar no Quadro Próprio dos Servidores Públicos, dos Órgãos e Empresas da Administração Direta e Indireta, os cargos de Secretário (a) Executivo (a) e Secretário (a) Técnico (a).

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

Aprovado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Hoje elas não são efetivas porque está enquadrando um setor do servidor público. Requeiro à Mesa que remeta para a Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Perfeitamente anotado. Votamos hoje em

primeira discussão a constitucionalidade do projeto e o seu parecer. Será encaminhado à Comissão de Finanças para que ela realmente exare o parecer sobre a matéria.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Analisando o projeto a Constituição do Estado é muito clara quando estabelece que para legislar a respeito de servidor público cabe ao Governo, ao Poder Executivo. Inclusive neste caso está enquadrando servidor em alguns cargos.

Então, neste sentido, entendo como um projeto inconstitucional, mesmo que autorizatório, porque no momento que ele é promulgado, a inconstitucionalidade dele é mantida e isto já tem jurisprudência do Supremo Tribunal no que diz respeito aos projetos autorizatórios. Nós não podemos legislar sobre servidor público e neste caso está legislando. Se for assim posso fazer um projeto autorizando a se enquadrar todos os profissionais de tal categoria em determinado nível ou a promover todo e qualquer servidor público, se isto for permitido e isto não é permitido. É muito claro que nós não podemos fazer isto.

Então encaminho contrário a este projeto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O projeto em pauta trata-se da regulamentação por parte do Governo, da criação de cargos, e o reconhecimento, pela própria estrutura de Governo, dos cargos de Secretário Executivo e Secretário Técnico.

Ora, nós temos três legislações, três leis específicas tratando. A primeira Lei 6.556 de 5 de setembro de 78 e a Lei 7.377 de 85 e a Lei 9.261 de janeiro de 1996, que tratam de regulamentação destas profissões a nível federal.

Então, daí discordar da colocação feita pelo nobre Deputado, Dr. Rosinha, com relação a constitucionalidade. O quadro, e o reconhecimento da carreira existe por parte do Governo Federal e o que faz este Deputado a esta Casa é a apresentação de um projeto em que permite que o Governo do Estado enquadre dentro da profissão já reconhecida pelas citadas leis e as funções, as pessoas e os servidores que estão exercendo as funções. É um projeto autorizatório e visa tão somente contribuir com o Governo para que dê o reconhecimento a milhares de funcionários que atuam como secretários executivos e secretários técnicos a nível de Governo.

No Paraná só para um dado, existe uma associação reconhecida com aproximadamente 15 mil secretárias e secretários filiados e que hoje buscam o seu reconhecimento.

Nada mais justo do que o próprio Governo do Estado reconhecer esta profissão tão importante. E o projeto de lei só vem neste sentido, solicitar e dar esta contribuição.

Portanto, solicito aos companheiros, nobres Deputados, que encaminhem no sentido pela votação da sua constitucionalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação o referido projeto.

Aprovado.

Em seguida remeteremos, por solicitação do Deputado Rosinha, à Comissão de Finanças.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 317/96, de autoria do Deputado César Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Tapejara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 107, de 10.07.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 317/96

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Deputado César Seleme, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Tapejara.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei n° 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTARIO - Relator

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 323/96, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Ângelo Volpato, com sede e foro na Cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 107, de 10.07.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 323/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e

Mestres da Escola Estadual Ângelo Volbato, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - CODAEC, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 115, de 06.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 342/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, visa declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Desenvolvimento Assistencial, Educacional e Cultural - CODAEC, com sede e foro nesta Capital.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSE TAVARES - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/96, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Dom Bosco, da Escola Estadual Theobaldo Miranda Santos, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 115, de 06.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 347/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Dom Bosco da Escola Esta-

dual Theobaldo Miranda Santos, com sede e foro no Município de Maringá, Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e de acordo com a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
IRONDI PUGLIESI - Relatora

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/96, de autoria do Deputado Beto Richa, que dispõe sobre a segurança nos caixas eletrônicos e 24 horas no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 116, de 07.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 355/96

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 355/96 de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Beto Richa, visa dispor sobre a segurança nos caixas eletrônicos e 24 horas no âmbito do Estado do Paraná.

Pela bem elaborada justificativa, pretende estabelecer regras necessárias para a maior segurança dos usuários dos serviços dos chamados "caixas eletrônicos" ou "24 horas".

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação.

O nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ANTONIO ANNIBELLI - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação das Mães Carentes e Colaboradores de Pontal do Sul - AMACAR, com sede em Pontal do Sul e foro no Município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 120, de 13.08.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 368/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury visa declarar de

Utilidade Pública a Associação das Mães Carentes de Pontal do Sul.

Verificada a Lei nº 6.994/78 que trata das normas para declaração de Utilidade Pública, nada encontrou-se que pudesse impedir sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 837, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Marquinhos Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 838 e 856, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 842, de autoria do Senhor Deputado Renv Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 844, de autoria do Senhor Deputado Pasílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 846, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 847 e 857, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 849 a 852, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Di-

retoria Legislativa.

Requerimentos nºs 853 e 854, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 858, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 247, 266 e 285/96.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 28, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 198 e 357/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 449/95, 102, 185, 317, 323, 342, 347, 355 e 368/96.

Levanta-se a sessão.